



LEI ORDINÁRIA Nº 1.072/2025

Dispõe sobre a autorização para alienação de imóvel de propriedade do Município de Dorés do Rio Preto.

O PREFEITO DE DORES DO RIO PRETO, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei estabelece normas e procedimentos para a doação de imóvel público pertencente ao Município de Dorés do Rio Preto/ES, visando a eficiência na utilização desses bens e a promoção do interesse público.

§ 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante doação ao Estado do Espírito Santo, área de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), a ser desmembrada do Lote Urbano nº 03 (três), Quadra "F", do Loteamento Pedra Menina/Poligonal 3, situado na Avenida Vereador José Moreira de Lacerda, s/nº, Distrito de Pedra Menina, município de Dorés do Rio Preto/ES, CEP: 29.580-000, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dorés do Rio Preto/ES, sob a Matrícula nº 1.856 – Livro 2.I, de titularidade do Município de Dorés do Rio Preto/ES.

Parágrafo único - A área objeto da doação destina-se exclusivamente ao funcionamento de unidade da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e contará com servidão de passagem formalmente instituída.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Imóvel público: qualquer bem imóvel de propriedade do Município de Dorés do Rio Preto/ES, incluindo terrenos, edifícios e áreas não utilizadas.

II - Doação: a transferência gratuita e definitiva da propriedade de imóvel público para pessoa física ou jurídica.

Art. 3º O processo de doação de imóveis públicos deverá observar os seguintes procedimentos:

I - Avaliação do Imóvel: O imóvel deverá ser avaliado por uma comissão técnica designada pelo Poder Executivo Municipal, que emitirá um laudo de avaliação com valor de mercado.



Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pág. 8
005418/2025



II - Análise de Viabilidade: A entidade interessada deverá apresentar um projeto detalhado de como utilizará o imóvel e como contribuirá para o interesse público.

III - Publicidade: A proposta de doação deverá ser amplamente divulgada por meio de edital publicado em jornal de grande circulação e no site oficial do Poder Executivo Municipal, concedendo prazo para que outras entidades ou cidadãos possam apresentar propostas alternativas.

Art. 4º - A doação tem como finalidade exclusiva a instalação e o funcionamento de unidade da Polícia Militar, sendo expressamente vedada a utilização do imóvel para qualquer outro fim.

Art. 5º - O não cumprimento da destinação específica do imóvel doado, consistente na instalação e funcionamento da Polícia Militar, implicará na reversão do bem ao patrimônio da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único - Constatado o descumprimento da destinação, o Município notificará extrajudicialmente a donatária para que regularize a situação no prazo estabelecido, sob pena de reversão automática do imóvel ao patrimônio municipal, sem qualquer direito à indenização por benfeitorias, acessões ou investimentos eventualmente realizados.

Art. 6º - A partir da formalização da doação do imóvel à Polícia Militar, todas as despesas decorrentes de reformas, construções, ampliações, manutenções ou quaisquer outros custos correlatos serão de responsabilidade exclusiva da corporação donatária.

Art. 7º A doação será formalizada por meio da aprovação e publicação da presente lei ordinária.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dorcas do Rio Preto, 13 de novembro de 2025.

Thiago Lopes Pessotti
Chefe do Poder Executivo Municipal